Ventríloquo dos militares | Jeferson Miola

15/10/2024

Num **discurso ideologizado** proferido em evento na Confederação Nacional da Indústria/CNI [8/10], o ministro da Defesa José Múcio Monteiro disparou ataques e críticas ao governo. Nele, o ministro afrontou diretamente a autoridade do Presidente da República.



Múcio criticou o posicionamento diplomático brasileiro em relação ao holocausto em Gaza e à guerra na Ucrânia, como se definir a política externa do Brasil fosse uma atribuição dos militares. Reclamou que "a questão diplomática interfere na defesa", como se a definição da estratégia de defesa nacional devesse ser prerrogativa dos militares, e não uma atribuição do poder político e da sociedade civil com especialistas civis da área.

Ele exemplificou que "houve agora uma concorrência, uma licitação, venceram os judeus, o povo de Israel [sic]. Mas, por questões da guerra, do Hamas, dos grupos políticos, nós estamos com esta licitação pronta, mas por questões ideológicas nós não podemos aprovar".

O ministro também acusou que por "embaraço diplomático" as Forças Armadas não puderam realizar "um grande negócio" de venda de munição à Alemanha, porque "senão o alemão [sic] vai mandar pra Ucrânia e a Ucrânia vai usar contra a Rússia e a Rússia vai mexer nos nossos acordos de fertilizantes".

Múcio culpou, ainda, a área econômica do governo. Disse que "não temos previsibilidade orçamentária", e por isso o país não consegue fazer investimentos em defesa. E acusou o governo de reduzir 47% dos investimentos das Forças Armadas "por componentes ideológicos, por queixas políticas, por variações programáticas".

Esta afirmação, além de inverossímil, esconde o baixo padrão histórico de investimentos na modernização e aperfeiçoamento das Forças Armadas porque quase 90% do orçamento é sugado para pagar pessoal, sendo a maior rubrica o pagamento da "família militar" na reserva e as indecentes pensões vitalícias, que beneficiam inclusive filhas de militares pela vida inteira, deixando menos de 5% do orçamento para investimentos em tecnologias, equipamentos e capacidade de defesa.

No discurso, o ministro não esqueceu de atacar, também, a Constituição brasileira. Na visão dele, a Constituição proíbe, "por questões ideológicas", a exploração do potássio –pretendida, presumivelmente, por grupos multinacionais em associação com militares vendilhões– que "está embaixo da terra dos índios [sic]".

Múcio também agrediu a história do país. Ele disse: "Se muita gente debita às Forças Armadas o golpe de 64, precisava ter creditado às Forças Armadas não ter havido golpe em 2023. Foram as Forças Armadas que preservaram e seguraram a nossa democracia".

Esta abordagem sobre o **"heroísmo militar" no salvamento da democracia** não é genuína do próprio Múcio. Na verdade, é a explicação falaciosa difundida pelas cúpulas partidarizadas das Forças Armadas.

É sabido hoje que o Alto Comando do Exército se dividiu e não avançou o golpe porque o governo dos EUA não autorizou as cúpulas militares a perpetrarem, novamente, outro ataque mortal à democracia brasileira, como em 1964.

Além disso, quando a voz de Múcio diz que "foram as Forças Armadas que preservaram e seguraram a nossa democracia", na prática está reproduzindo a visão dos donos da voz dele, que desde o nascimento da República se atribuem como missão tutelar a democracia e o sistema político.

Múcio é um ventríloquo dos militares. O conteúdo do discurso dele na CNI segue fielmente o manual ideológico dos militares. E o momento do discurso, no imediato pós-eleição que consagrou a vitória direita e a extrema-direita nas urnas, soa como aproveitamento duma conjuntura política desfavorável para o governo.

A continuidade do Múcio no ministério é insustentável. Mas é de se perguntar, contudo, se os ataques ao presidente Lula e ao governo não tinham exatamente o propósito de provocar sua demissão, para causar uma crise conveniente para os militares.

Jeferson Miola *é analista político.*
Originalmente publicado em seu blog.

Compartilhe nas redes: